

**Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais
(PCTT) – Caiçaras, Quilombolas e Indígenas**

Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)

Projeto Executivo

Revisão 00

Fevereiro/2018



E&P

ÍNDICE GERAL

I – APRESENTAÇÃO	1
II – OBJETIVO GERAL	2
III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2
IV – CONTEXTUALIZAÇÃO	3
V – ÁREA DE ESTUDO	4
VI – CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	6
vi.1 – ESCOPO DA CARACTERIZAÇÃO	10
VII – ETAPAS DO PROJETO	13
VII.1 – FORMAÇÃO DA EQUIPE E GESTÃO DO PROJETO	14
VII.1.1 – <i>Oficinas de Alinhamento</i>	14
VII.1.2 – <i>Oficinas de Capacitação</i>	15
VII.2 – LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS	15
VII.3 – MOBILIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES	16
VII.3.1 – <i>Reuniões de Planejamento nas Comunidades</i>	18
VII.4 – CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS	18
VII.5 – BASE DE DADOS ESPACIAIS	20
VII.6 – PRODUÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO	22
VIII – PRODUTOS	24
IX – CRONOGRAMA FÍSICO E PRAZO	26
X – EQUIPE	30
XI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
XII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
XIII – RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	32
XIV – ANEXOS	33

I – APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais – Caiçaras, Quilombolas e Indígenas (PCTT – Caiçaras, Quilombolas e Indígenas) de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), em atendimento às Condicionantes Específicas nº 2.7 e 2.8 da Licença Prévia nº 439/12 (Etapa 1), nº 2.8 da Licença de Operação nº 1120/12 (Piloto de Sapinhoá), nº 2.11 da Licença de Operação nº 1157/13 (Piloto de Lula NE) e nº 2.15 da Licença de Operação nº 1263/14 (DP Iracema Sul) no âmbito do licenciamento da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 1 (Processo IBAMA nº 02022.002287/09). O Projeto foi elaborado em consonância com o Termo de Referência encaminhado por meio do Ofício 0222.002368/2016-55 CPROD/IBAMA, de 13 de setembro de 2016 (ANEXO I), e discutido com representantes do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

Em 14 de dezembro de 2016, o IBAMA por meio do Ofício OF 02022.003204/2016-45 CPROD/IBAMA aprovou o projeto básico e solicitou o detalhamento do mesmo.

Em 22 de junho de 2017, o Ofício IBAMA 016/2017/CGMAC/DILIC-IBAMA solicitou que a Petrobras incorporasse o grupo quilombola no projeto em questão, o que foi atendido pela Petrobras, tendo sido protocolado a revisão do Projeto no órgão ambiental, por meio da Carta UO-BS 0518/2017, de 24 de julho de 2017.

Em 21 de dezembro de 2017, por meio do Ofício 371/2017/FUNAI decidiu-se pela incorporação do grupo indígena ao projeto. Assim, em 15 de janeiro de 2018, o Ofício 7/2018/COPROD/CGMAC/DILIC-IBAMA solicitou que a Petrobras incorporasse este grupo no projeto executivo.

Diante do exposto acima, o presente documento apresenta nova revisão do projeto considerando a inclusão das comunidades tradicionais indígenas.

II – OBJETIVO GERAL

Realizar a Caracterização de Territórios Tradicionais para o grupo de Caiçaras, Quilombolas e Indígenas, considerando para as comunidades caiçaras as definições do Termo de Referência/2016 (**Anexo I**), assim como as comunidades quilombolas e indígenas apresentadas no Termo de Referência/2014 (**Anexo II**), localizadas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty no estado do Rio de Janeiro, e Ubatuba no estado de São Paulo.

III – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar e sistematizar as informações produzidas em estudos e projetos já desenvolvidos nas comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas.

- Realizar mapeamento social dos territórios tradicionais das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, abrangendo áreas terrestres e marinhas, com base na autocartografia das comunidades, incluindo o desenho de estratégias de enfrentamento dos conflitos e vulnerabilidades identificados no estudo, em especial àqueles inerentes a exploração de petróleo e gás.

- Construir uma base de dados geoespaciais com as informações levantadas nas comunidades caracterizadas.

- Desenvolver e implantar ações de comunicação e difusão do Projeto, incluindo produção de materiais digitais e impressos, em linguagem acessível para uso das comunidades, com os principais resultados do Projeto.

IV – CONTEXTUALIZAÇÃO

A área compreendida pelos municípios de Ubatuba (SP), Paraty (RJ) e Angra dos Reis (RJ) abriga comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, que estão na região há gerações. Essas populações vêm enfrentando problemas em comum, tais como as ameaças às suas terras pela especulação imobiliária, o turismo desordenado, as restrições impostas por unidades de conservação de proteção integral, as dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico, e de comercialização de produtos da agricultura, do artesanato, do extrativismo e da pesca. Caracteriza-se, pois, como um território de grande vulnerabilidade socioambiental.

No Mapa de Vulnerabilidade aos Impactos das Mudanças Climáticas, essa região, sobretudo Paraty e Angra dos Reis, apresentaram o maior Índice de Vulnerabilidade Ambiental, com destaque para os eventos climáticos extremos (Barata & Confalonieri, 2011). A região também apresentou a média regional mais alta referente ao índice de vulnerabilidade geral, composto pelos índices relativos ao ambiente e a saúde.

As atividades relacionadas à cadeia produtiva de Petróleo podem causar transformações no território, inclusive naqueles tradicionais que são mais vulneráveis a eventuais impactos sociais, podendo agravar algumas situações de conflito e vulnerabilidade.

Sendo assim, a caracterização dos territórios ocupados por comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas se propõe a produzir um material que traduza a realidade socioeconômica, ambiental e cultural vivida por estas comunidades, a partir de um processo que proporcione uma reflexão interna sobre esta realidade e o desenho de possíveis estratégias que possam reduzir as situações de conflito e vulnerabilidade.

Ressalta-se que o processo de caracterização, assim como qualquer intervenção que possa afetar diretamente o cotidiano das populações tradicionais, será feito de acordo com os princípios de consulta prévia e autoidentificação, apontados pela Convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos indígenas e Tribais, a qual determina que todas as ações e interferências nas comunidades necessitam de consulta e aprovação das mesmas, bem como a definição e o estabelecimento de prioridades dos processos de desenvolvimento que as afetem ou possam vir a afetá-las diretamente. Ainda, o fortalecimento da identidade será realizado como base para o desenvolvimento das ações propostas nesta caracterização.

V – ÁREA DE ESTUDO

Durante a realização da caracterização, algumas comunidades caiçaras devem ser trabalhadas de forma agrupada. O agrupamento proposto das comunidades, em 9 (nove) grupos, está associado às dinâmicas territoriais e culturais existentes e em curso na região. Nesse contexto, a área de estudo no que concerne o grupo caiçaras será composta pelas comunidades indicadas, por agrupamento caiçara, na **Tabela 1**.

Tabela 1: Comunidades tradicionais caiçaras inseridas no Projeto e seus respectivos grupos caiçaras e dinâmica associada

Município	Comunidades Caiçaras	Dinâmica territorial/cultural associada
Angra dos Reis	Parnaioca – Aventureiro - Longa	Comunidades da Ilha Grande / RDS Aventureiro / Parque Estadual da Ilha Grande
	Frade - Praia do Recife - Praia Vermelha	Localizadas no Continente / Pesca artesanal
Paraty	Tarituba - São Gonçalo - Ilha do Cedro - Praia Grande - Ilha do Araújo	Entorno ESEC Tamoios / Revisão Plano de Manejo APA Cairuçu / Ciranda
	Ponta Grossa - Ilha do Algodão - Paraty-Mirim - Saco do Mamanguá	Revisão Plano de Manejo APA Cairuçu / Recategorização REEJ
	Praia Grande da Cajaíba – Calhaus - Pouso da Cajaíba - Saco Claro - Saco da Sardinha - Ponta da Juatinga – Sumaca - Rombuda - Martim de Sá - Saco das Enxovas - Cairuçu das Pedras	Revisão Plano de Manejo APA Cairuçu / Recategorização REEJ / Criação Resex Marinha

	Ponta Negra - Sono – Trindade	Revisão Plano de Manejo APA Cairuçú / Recategorização REEJ / Criação Resex Marinha / Folia de Reis
Ubatuba	Camburi - Picinguaba - Ilha das Couves - Almada - Ubatumirim - Puruba - Prumirim - Félix	Revisão Plano de Manejo APA Marinha Litoral Norte / Corrida de Canoas / Fandango
	Barra Seca - Itaguá - Praia do Cedro - Enseada	
	Lázaro - Praia Dura - Folha Seca - Praia da Fortaleza - Bonete - Lagoinha - Maranduba - Saco das Bananas	

A **Tabela 2** indica as comunidades quilombolas participantes do projeto em tela, organizadas em 4 (quatro) grupos, em função da proximidade de relações e geográfica.

Tabela 2: Comunidades tradicionais quilombolas inseridas no Projeto por agrupamento

Município	Comunidades Quilombolas
Angra dos Reis	Quilombo Santa Rita do Bracuí
Paraty	Quilombo do Cabral Quilombo do Campinho
Ubatuba	Quilombo do Camburí Quilombo da Fazenda
	Quilombo do Sertão de Itamambuca (Cazanga)
	Quilombo Caçandoca

Para as comunidades indígenas, a **Tabela 3** apresenta as comunidades indígenas inseridas no Projeto em tela, também agrupadas por afinidade e localização geográfica, totalizando 5 (cinco) grupos.

Tabela 3: Comunidades tradicionais indígenas inseridas no Projeto, por grupos, e respectivas etnias

Município	Comunidades Indígenas	Grupo Étnico e Subgrupo Proeminente
Angra dos Reis	Terra Indígena Sapukai (Bracuí)	Guarani Mbyá
Paraty	Aldeia Jahape (Rio Pequeno)	Guarani Kaiová

	Terra Indígena Itaxi Mirim (Paraty Mirim) Aldeia Arandu Mirim (Saco do Mamanguá) Terra Indígena Tekoa Guyra'i tapu / Araponga (Forquilha)	Guarani Mbyá
Ubatuba	Terra Indígena Jaexaa Porã / Boa Vista (Prumirim)	Guarani Mbyá
	Aldeia Renascer Wutu Gauçu (Corcovado)	Tupi guarani/Guarani Mbyá

Cabe ressaltar que, nos momentos de planejamento com as organizações comunitárias locais e regionais, podem ser propostas alterações em função de outros critérios que essas organizações julgarem prioritários. Assim como, comunidades indicadas em agrupamentos diferentes podem interagir em momentos posteriores, correlacionando o diálogo sobre os temas prioritários trabalhados. Esta decisão final se dará na etapa inicial de planejamento.

O mapa com a localização das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas encontra-se no **Anexo III**.

VI – CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A caracterização dos territórios tradicionais para os grupos caiçaras, quilombolas e indígenas será realizada por meio da autcartografia dessas comunidades, com base na metodologia da Nova Cartografia Social (UEA, 2014) e da pesquisa-ação, sendo aprofundada e complementada por outras metodologias participativas.

A Cartografia Social trabalha com a noção de território e busca defender e preservar os espaços e recursos associados aos modos de vida tradicionais. Trata-se de um processo realizado pelas próprias comunidades, com suporte técnico dos pesquisadores, cujo resultado permite o mapeamento dos conflitos que ameaçam as comunidades e a explicitação das práticas tradicionais que constituem sua identidade coletiva, caracterizando a delimitação do território que ocupam, a partir do olhar de quem realmente compreende tal realidade

(Almeida, 2006). Por isso, cabe às comunidades eleger as informações sobre as práticas sociais e culturais do coletivo que querem revelar ao mundo. Além disso, constitui uma oportunidade para as comunidades envolvidas refletirem sobre como têm sido a utilização e ocupação histórica de seu território, bem como construir estratégias para alcançar o futuro que se deseja (Cortines, et al, 2016).

Da mesma forma, a metodologia da pesquisa-ação pressupõe uma interação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, considerando que estes últimos têm papel fundamental na atuação e na interpretação da realidade (Thiollent, 2006).

Ambas as metodologias partem da ecologia de saberes, abordagem da realidade construída a partir da pluralidade de conhecimentos e do diálogo entre esses conhecimentos, que permanecem autônomos, mas a partir dessa relação produzem novos saberes (Santos, 2006 e 2007).

Dessa forma, este processo de caracterização dos territórios tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas deve retratar a visão coletiva do cotidiano, da cultura, traços da história, dinâmicas sociais, conflitos, vulnerabilidades e riscos frente a empreendimentos, E ainda, permitir a identificação e transparência de expressões das identidades coletivas, o fortalecimento dos movimentos sociais e a autoafirmação social. O conjunto do conhecimento gerado servirá para subsidiar o diálogo e pactuação com outros atores em redes de solidariedade sociais sobre o futuro do seu território, contribuindo assim para a justiça socioambiental da região (Cortines et al, 2016).

Um outro aspecto complementar dessas metodologias é que se configuram como processo de formação dos sujeitos envolvidos, visto que proporcionam partilha de saberes tradicionais entre gerações e gêneros, possibilitando também diferentes olhares e leituras sobre a mesma realidade.

A realização da caracterização dos territórios tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas deve seguir as seguintes orientações:

- O processo será planejado, discutido e estruturado em reuniões sucessivas com as comunidades e suas organizações sociais, redes e

articulações, que definirão os estudos pertinentes, bem como as prioridades dos mesmos (de acordo com a situação atual dos conflitos e vulnerabilidades), em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/2007) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos indígenas e Tribais.

- Nesse sentido, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) – FCT, a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, a Comissão Guarani Yvyrupa – CGY e as Associações Comunitárias deverão acompanhar a execução das atividades, bem como apoiar e realizar a interlocução entre as comunidades e a equipe do Projeto.

- Caberá às comunidades envolvidas definir o elenco de temas a serem focalizados e os que precisam de maior aprofundamento, em função da situação de vulnerabilidade e dos conflitos socioambientais existentes.

- A caracterização deve abranger o território terrestre e marinho ocupado pelas comunidades selecionadas.

- As atividades desenvolvidas serão realizadas com linguagem adequada para cada comunidade, considerando em especial, suas limitações com linguagem escrita, e respeitarão suas formas de organização.

- O conjunto de informações coletadas será resultado de levantamento de dados primários e secundários.

- A caracterização dos territórios tradicionais será realizada por meio de mapeamento físico e social, georreferenciando as informações com ícones personalizados propostos pelas comunidades, em escalas que permitam visualizar detalhes de interesse das comunidades.

- Para o grupo dos indígenas a metodologia deve dialogar com as diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto 7.747 de 05/07/2012), assim como para o grupo dos quilombolas, com as diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Gestão

Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas, em processo de construção pelo governo federal e sociedade civil.

- As atividades de sensibilização e mobilização das comunidades, bem como de devolução das informações coletadas e produzidas, serão associadas com intercâmbios e partilhas de experiências entre as comunidades envolvidas, mutirões, atividades lúdicas, educativas, esportivas e/ou culturais.

- O Projeto deve dialogar com outras iniciativas socioambientais em curso na região, buscando complementar as ações e compatibilizar agendas, de modo a não sobrepor atividades ou duplicar esforços para as comunidades e iniciativas. Em especial, os projetos executados pela Petrobras, como o Projeto de Educação Ambiental e o Plano de Comunicação da Bacia de Santos.

- A decisão sobre quais informações produzidas deverão ser publicadas e divulgadas será pactuada com as comunidades envolvidas e suas organizações sociais, redes e articulações.

- Em relação aos indígenas, além das orientações acima, a equipe envolvida no Projeto deve:

a) cumprir todas as disposições legais que tratam dos direitos indígenas (Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e Estatuto do Índio – Lei 6001/1973), da proteção do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado (convenção da Diversidade Biológica, Decretos 4.946/2003 e 3.945/2001 e a Medida provisória 2.186-16/2001), dos direitos autorais, Lei 9.610/1998;

b) não coletar qualquer espécie (fauna, flora, recursos minerais) nas terras indígenas, bem como a realização de pesquisa sobre práticas com conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;

c) registros como fotografias, gravações e filmagens serão realizadas mediante autorização dos indígenas, e tais materiais serão usados somente para fins deste projeto;

d) cada pesquisador da equipe deve assinar um Termo de Compromisso Individual com Normas de Conduta, conforme modelo disponibilizado pela FUNAI (**Anexo IV**).

VI.1 – ESCOPO DA CARACTERIZAÇÃO

A caracterização dos territórios tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas contará com informações acerca dos temas abaixo relacionados.

- Mapeamento dos territórios, dos limites, da infraestrutura e serviços públicos e caracterização da situação fundiária;
- Caracterização dos usos do território;
- Caracterização da inserção das comunidades tradicionais nas principais cadeias produtivas e de serviços presentes na região;
- Caracterização da situação de segurança alimentar;
- Caracterização dos principais conflitos e ameaças reais e potenciais;
- Identificação das formas organizativas existentes;
- Caracterização da(s) dinâmicas(s) de mobilidade das comunidades tradicionais;
- Caracterização de árvore genealógica dos principais troncos familiares;
- Registro iconográfico e da memória das comunidades.

No entanto, o grau de aprofundamento das informações sobre os temas indicados será definido pelas comunidades envolvidas.

Todas as informações coletadas serão espacializadas em mapas georreferenciados, com respectivo banco de dados, a fim de traduzir a realidade dos Territórios. A impossibilidade de espacialização será justificada.

1 - Mapeamento dos territórios, dos limites, da infraestrutura e serviços públicos e caracterização da situação fundiária

Mapeamento dos territórios das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas inseridas na área de abrangência do Projeto, identificando informações sobre:

- limites apontados pela própria comunidade (áreas de usos e as que não têm uso, mas que dão suporte a referências identitárias do grupo) e limites oficiais que identificam o território tradicional, como aqueles indicados em outros instrumentos de políticas oficiais existentes (plano de manejo de unidades de conservação, plano diretor, documentos de zoneamento etc.);

- limites municipais, rodovias e sistemas hidrográficos, entre outros, considerando os nomes dados pelos moradores;

- áreas de sobreposição com Unidades de Conservação, indicando os usos compatíveis e conflitantes entre eles, a partir dos resultados do mapeamento dos territórios e do levantamento dos limites das Unidades de Conservação (proteção integral e de uso sustentável);

- áreas de edificações existentes em cada território mapeado, distinguindo os diversos tipos conforme sua função social e os sentidos atribuídos pelos membros do grupo. Incluindo a localização e descrição dos espaços sociais (áreas de lazer, igrejas, associações, etc).

- levantamento e qualificação da Infraestrutura e gestão dos serviços públicos disponíveis, quando couber (captação e distribuição de água, saneamento, escolas, serviços de saúde, cais de atracação, vias de acesso, luz, etc.).

Complementarmente, caracterizar a situação fundiária das comunidades tradicionais, identificando conflitos e eventuais processos administrativos e judiciais associados.

2 – Caracterização dos usos do território

Caracterização dos usos do território contendo as seguintes informações:

- localização das áreas onde são desenvolvidas atividades econômicas (inclusive as de subsistência), caracterizando o tipo de prática, manejo e as principais espécies utilizadas, envolvendo extrativismo, pesca, agricultura,

agrofloresta, criação animal, turismo, artesanato, uso medicinal e áreas de pousio;

- áreas que eram usadas para roça, agroflorestas (bananais, pomares), extrativismo, pesca, moradia, caracterizando os motivos pela não utilização mais dessas áreas (como por exemplo, restrição ambiental ou apropriação por parte de agentes externos);

- identificação e localização das áreas de importância histórica e de relevância simbólica para as comunidades, incluindo as áreas destinadas a preservação ambiental;

- caracterização das práticas culturais tradicionais - manifestações e expressões culturais, localizando áreas de importância religiosa ou de realização das práticas.

3 – Caracterização da inserção das comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas nas principais cadeias produtivas e de serviços presentes na região

Levantamento de informações sobre as atividades econômicas e de subsistência realizadas pelas comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, e a forma que estão inseridas nas cadeias produtivas da região, quando couber.

4 – Caracterização da situação de segurança alimentar

Caracterização da situação de segurança alimentar e nutricional, identificando os alimentos produzidos pela comunidade, as formas de produção, manejo e beneficiamento, outros produtos consumidos na comunidade, a correlação com a qualidade dos produtos e fatores culturais e sociais.

5 – Caracterização dos principais conflitos e ameaças reais e potenciais

Levantamento e caracterização dos conflitos e ameaças reais e potenciais, de ordem socioambiental, econômica e cultural envolvendo as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas inseridas na caracterização.

6 – Identificação das formas organizativas existentes

Identificação das formas de organização e modos de governança das comunidades, formais e informais, bem como sua participação em outras instâncias de discussão (fóruns, conselhos, etc.).

7 – Caracterização da(s) dinâmica(s) de mobilidade das comunidades tradicionais

Caracterização da mobilidade dos comunitários, em relação à saída e ao retorno à comunidade, bem como os motivos que levam a este movimento (casamentos, busca por serviços públicos, atividades econômicas, fatores culturais, entre outros).

8 – Caracterização de árvore genealógica dos principais troncos familiares

Nos casos de conflitos fundiários que demandam uma caracterização mais detalhada da ocupação pela comunidade tradicional, elaborar árvore genealógica dos principais núcleos familiares caiçaras envolvidos, com pelo menos quatro níveis geracionais.

9 – Registro iconográfico e da memória das comunidades

Registro dos processos de construção social nos territórios, memórias de resistência, histórias de vida de lideranças sociais e religiosas, conhecimentos tradicionais, mitos e valores próprios da construção das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas.

VII – ETAPAS DO PROJETO

VII.1 – FORMAÇÃO DA EQUIPE E GESTÃO DO PROJETO

A equipe será formada por um conjunto de profissionais e comunitários, que atuarão nas diferentes etapas do Projeto, com habilidades para as diferentes funções a serem executadas, contando ainda com colaboradores eventuais.

Tão logo a equipe esteja contratada, será realizada uma oficina de alinhamento metodológico para estabelecer e pactuar o plano de trabalho, detalhando como serão realizadas as atividades previstas para o primeiro semestre do Projeto, a partir do conhecimento sobre a realidade regional que a equipe detém, indicando datas, locais, participantes, logística e ferramentas metodológicas a serem usadas para abordagem comunitária. Neste momento, já haverá a participação de representantes do FCT, CNCTC, CONAQ e CGY.

VII.1.1 – Oficinas de Alinhamento

A gestão do Projeto será feita por uma coordenação colegiada, composta por membros da equipe com esta atribuição, com reuniões periódicas para planejamento e avaliação das atividades em curso. A cada seis meses, será realizada uma oficina de dois a três dias com a equipe e representantes do FCT, CNCTC, CONAQ e CGY, para avaliação das atividades realizadas e possibilitar eventuais ajustes no planejamento do próximo período de seis meses do Projeto. Estes momentos serão essenciais para garantir o monitoramento continuado das ações, proporcionando avaliar e ajustar metodologias e formas de execução das ações, sempre tendo em vista o melhor atendimento às expectativas das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas e suas organizações sociais.

VII.1.2 – Oficinas de Capacitação

Será realizada uma oficina de capacitação com parte da equipe contratada que atuará diretamente nas atividades de campo, em especial os agentes sociais indicados para atuar como grupo fixo no Projeto, podendo também já envolver outros comunitários com potencial para atuar e/ou apoiar os trabalhos nas diferentes comunidades. Essa oficina tem o intuito de preparar a equipe e os agentes sociais para os trabalhos de campo, incluindo conteúdos relativos a técnicas de georreferenciamento e de mapeamento, realização de entrevistas, levantamento e sistematização de dados e depoimentos. Sua realização está prevista para o quarto mês do Projeto, antes do início das atividades de mapeamento nas comunidades, podendo incluir momentos vivenciais e de complementação da capacitação.

Ao longo do desenvolvimento das atividades de campo serão realizadas outras oficinas de capacitação periódicas, direcionadas aos outros agentes sociais das comunidades (complementares aos agentes fixos), antes do início dos trabalhos de caracterização, em cada grupo de comunidades. Estas oficinas serão desenvolvidas pela equipe do Projeto, incluindo os agentes sociais já atuantes, que terão um papel fundamental de diálogo horizontal. Também servirão para suprir complementações de conteúdos e ferramentas metodológicas demandadas pelos agentes sociais.

VII.2 – LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS

O levantamento de dados secundários se dará ao longo da execução do Projeto, consultando os principais estudos e projetos já desenvolvidos na região, principalmente aqueles desenvolvidos pela PETROBRAS, buscando a complementariedade de informações para a produção dos documentos e demais produtos previstos. O **Anexo V** apresenta as referências para o levantamento de informações secundárias.

Haverá uma fase de levantamento preliminar no início do Projeto, apenas para averiguar e balizar o que existe de diagnósticos e informações generalizadas sobre os tópicos a serem abordados neste Projeto, que constam no item VI.1. Porém, o levantamento e análise de dados secundários deverá ser contínuo ao longo do Projeto.

Durante os trabalhos de campo, as informações secundárias existentes e que a equipe, incluindo os agentes sociais, julgar relevante para a caracterização do território tradicional caiçara, quilombola e indígena podem ser apresentadas às comunidades, buscando checá-las e atualizá-las, visto que muitas das pesquisas realizadas não são de pleno conhecimento das comunidades, em especial, seus resultados. Com isso, também se evita o levantamento em campo de dados já existentes, o desenvolvimento de trabalhos sobrepostos e o desgaste da comunidade.

As informações secundárias pertinentes, após analisadas, serão utilizadas e inseridas na elaboração da documentação a ser produzida pelas comunidades. As informações oficiais sobre limites geográficos de unidades de conservação, municípios, dentre outros serão utilizadas sempre citando a fonte.

O Projeto também identificará projetos e ações afins que estiverem em curso na região, buscando o diálogo para avaliar como poderá atuar em consonância e evitando a duplicação de atividades nas mesmas comunidades.

VII.3 – MOBILIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

Como uma das primeiras ações da equipe, e em paralelo ao levantamento preliminar e a sistematização de informações secundárias, deve-se fazer o contato com as organizações sociais representativas das comunidades tradicionais - FCT, CNCTC, CONAQ, CGY e associações comunitárias, a fim de mobilizar três oficinas/reuniões amplas para apresentar o Projeto - uma para o conjunto das comunidades caiçaras, a segunda para o conjunto das

comunidades quilombolas e a terceira para o conjunto das comunidades indígenas. Nestes três encontros, será socializado a metodologia proposta para a caracterização e iniciado o mapeamento geral das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas – conflitos, vulnerabilidades, características, etc., previstas para o segundo e terceiro meses do Projeto, para os caiçaras e quilombolas, respectivamente, e para o sétimo mês para os indígenas¹.

A partir deste mapeamento geral pretende-se obter uma leitura inicial do grau de vulnerabilidade do conjunto das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, e, em função disso, devem ser discutidos e definidos conjuntamente critérios para decidir por quais comunidades ou grupos de comunidades deve se iniciar a inserção do Projeto.

Além destas três reuniões amplas, devem ser realizadas reuniões por município, para os três grupos tradicionais conjuntamente, abrangendo novas representações comunitárias e instituições parceiras das comunidades, para dar sequência à socialização das propostas e metodologia da caracterização. Essas reuniões por município serão no total de seis, sendo duas em cada município, as três primeiras no Ano I e as outras três no Ano III em função do tempo e da dinâmica de inclusão das comunidades.

Em todos estes espaços de diálogo, também devem ser levantadas, com os representantes das comunidades, outras fontes de informações secundárias existentes que os mesmos julgarem relevantes.

A referência de entrada nas comunidades deve se dar por meio do FCT; da CNCTC, CONAQ, CGY e das associações comunitárias.

1 Como para os indígenas a oficina ampla de mapeamento acontecerá após a realização das atividades de capacitação da equipe, nos diálogos anteriores com a CGY e FCT serão definidos os agentes sociais indígenas fixos, de forma que estes possam participar do conjunto de atividades de capacitação da equipe desde o início.

VII.3.1 – Reuniões de Planejamento nas Comunidades

O passo seguinte será a organização e realização de reuniões com representantes de cada grupo de comunidades envolvido, conforme agrupamentos propostos nas Tabelas 1, 2 e 3, para planejamento dos trabalhos de campo e definição de temas prioritários para maior aprofundamento, em função da situação de vulnerabilidade e dos conflitos socioambientais existentes.

Ainda, nestas reuniões deverão ser indicados pela própria comunidade os outros agentes sociais, membros das comunidades, que integrarão a equipe de trabalho de campo. Os critérios de escolha serão definidos em conjunto com as organizações sociais representativas das comunidades tradicionais nos momentos iniciais, utilizando metodologias próprias para esta escolha.

Será importante também estabelecer um grupo de comunitários, voluntários, que atuarão como grupo de referência das comunidades para fazer a interlocução com a equipe do Projeto durante todo o processo de planejamento e realização das atividades nestas localidades.

O estudo deverá considerar os dados identificados nos programas/projetos citados, sendo os mesmos replicados para este Projeto. Novos levantamentos deverão ser realizados apenas nas comunidades nas quais não se levantaram as informações necessárias.

Após as etapas de planejamento, será elaborado um Plano de Trabalho com as definições pactuadas com os grupos de comunidades, o que incluirá um maior detalhamento das etapas de caracterização.

VII.4 – CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

A caracterização dos territórios das comunidades tradicionais caíçaras, quilombolas e indígenas, considerando o escopo apresentado no item VI.1, se dará por meio de atividades de mapeamento participativo, realizadas durante

oficinas, visitas em campo para: marcação e checagem de pontos georreferenciados, diálogos e entrevistas com comunitários e outros atores. As informações devem ser coletadas partindo de um roteiro previamente estabelecido com questões norteadoras.

Para cada grupo de comunidades caiçaras, quilombolas e indígena deverão ser realizadas quatro oficinas de mapeamento, levantamento de informações, checagem, complementação e validação das informações produzidas, previstas para serem realizadas ao longo de nove meses. No intervalo entre as oficinas acontecerão as visitas em campo para as pesquisas temáticas. No caso dos indígenas este tempo previsto pode ser ampliado, visto que podem demandar um tempo diferente para as etapas previstas e a equipe deve respeitar tal característica deste povo.

As atividades de mapeamento durante as oficinas compreenderão o desenho de mapas e croquis, produzidos a partir de uma reflexão coletiva das situações de interesse. Para indicar a representação nos mapas, os comunitários deverão propor símbolos compatíveis com sua realidade e compreensão, os quais serão transformados em ícones nos mapas georreferenciados.

As oficinas devem ter a participação de até 30 pessoas para permitir um bom diálogo e desenvolvimento das atividades e ter a duração de cerca de seis horas.

Para otimizar o tempo da equipe e garantir uma melhor participação dos comunitários nas atividades, muitas vezes será necessário a presença na comunidade em dias seguidos, em especial para as comunidades caiçaras, demandando hospedagem no local. Dessa forma, será possível uma maior aproximação da realidade local, apoiando a mobilização e troca de informações.

Ao longo do primeiro ano do Projeto, será possível identificar temas similares entre os grupos de comunidades. A fim de aprofundar a caracterização dos territórios no que diz respeito a estes determinados temas, prevemos a realização de 10 (dez) partilhas temáticas e intercâmbios com

representantes dessas comunidades durante o projeto, com o objetivo de ampliar e aprofundar o conhecimento e a compreensão do referido tema, bem como de visualizar caminhos para o enfrentamento de situações de conflitos e vulnerabilidades. Nesses momentos, é possível contar com a presença de colaboradores e convidados que venham contribuir para ampliar a compreensão da realidade atual e de caminhos para alterá-la. Destacam-se tais conflitos e/ou vulnerabilidade poderão ser tratados em outros projetos em desenvolvimento na região que tratem dos temas prioritários identificados pelas comunidades.

As oficinas e demais formas de encontro deverão contar com instrumentos de mobilização dos comunitários que permitam sua participação horizontal e efetiva. Nesse sentido, elas devem ser associadas a atividades lúdicas, culturais, educativas, esportivas. Por exemplo, pode ser sugerida a realização de um mutirão como forma de mobilizar os comunitários para uma ação prática seguida de um momento de reunião. Outro exemplo pode ser a realização de uma oficina junto com uma atividade de corrida de canoa caiçara ou ainda tendo o grupo de fandango, ciranda e/ou jongo interagindo com o grupo em diferentes momentos da oficina, dentro de uma programação planejada.

Todos esses momentos devem contar com apoio da equipe de comunicação responsável pelo registro fotográfico, videográfico e em áudio, para que haja fidelização no documentário a ser produzido. A equipe de comunicação poderá envolver comunitários, agentes sociais ou outros que se identifiquem com esta atividade, nos trabalhos de registro e edição. A gravação de áudios em entrevistas e oficinas será utilizada para facilitar o levantamento de informações.

VII.5 - BASE DE DADOS ESPACIAIS

Os dados primários e secundários levantados ao longo da caracterização das comunidades serão inseridos em uma base de dados geoespaciais (BDG), que armazenará as informações levantadas durante as oficinas de

mapeamento e todas as informações de cunho espacial produzidas no âmbito do projeto.

O primeiro passo para montagem da BDG consistirá na definição de um modelo conceitual para a organização dos arquivos. A estrutura deve atender o disposto na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE - Decreto Nº 6.666 de 27/11/2008), que tem como principais objetivos: (i) Promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais; (ii) Promover a utilização, na produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal, dos padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR; e (iii) Evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais, por meio da divulgação da documentação (metadados) dos dados disponíveis nas entidades e nos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Levando em consideração o que está disposto na INDE, o projeto prevê a construção de uma base de dados georreferenciados hierarquizada em diferentes escalas e classificações temáticas e a disponibilização em diversos formatos de arquivo para diferentes grupos de usuários. Será construído um dicionário de metadados espaciais para acompanhar a BDG que conterà as referências sobre os arquivos produzidos.

A escolha do conteúdo da BDG e a preparação dos materiais a serem publicados e divulgados serão definidas e pactuadas em conjunto com as comunidades envolvidas, na terceira e quarta oficinas de caracterização. Ressaltando que a decisão de manter informações somente para uso interno e fortalecimento das comunidades deve ser respeitada pelas instituições envolvidas no processo.

Uma das principais formas de disponibilização da geoinformação será a construção de uma mapoteca com mapas prontos para impressão em formato .pdf em diferentes tamanhos (A0, A1, A3, A4) conforme a necessidade de utilização. Esta mapoteca estará disponível para uso público online, no

endereço eletrônico do site, com conteúdo que tenha sido aprovado para publicação pelas comunidades. Na sua elaboração os layouts e iconografia e as legendas serão prioritariamente elaborados utilizando as ilustrações produzidas pelos comunitários nos croquis, durante as oficinas, que serão transformadas em ícones e ilustrações para a identidade visual dos mapas.

VII.6 – PRODUÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO

O Projeto contará com uma equipe de comunicação (fixa ou subcontratada por tema) que será responsável pela elaboração e pactuação de um Plano de Comunicação do Projeto. Este plano será proposto logo no início do Projeto e pactuado em oficina com a coordenação colegiada do Projeto e representações do FCT, CNCTC, CONAQ e CGY.

O plano de comunicação deverá nortear:

- as atividades de registro em campo para posterior produção de materiais de comunicação;
- o apoio à mobilização e diálogo com as comunidades envolvidas e atores sociais estratégicos atuantes na área de abrangência do Projeto;
- as formas de divulgação dos resultados parciais e finais para três públicos: (i) as comunidades do território, (ii) atores sociais estratégicos atuantes no território, (iii) público geral.

A equipe de comunicação será responsável pela produção de notícias (textos, imagens fotográficas e vídeos) e vinhetas com informações sobre o Projeto. Também apoiará a mobilização de atividades e sua veiculação em redes sociais, rádios locais, materiais impressos, portais web. Todos esses materiais serão feitos em linguagem acessível que ajude a comunidade a entender suas características, conflitos e demandas.

Deverão ser produzidas publicações impressas e em meio digital, com a sistematização das informações produzidas durante o Projeto, que será remetida para avaliação e validação das comunidades e entregue em cada uma das comunidades ao final do Projeto. Serão elaboradas as seguintes publicações: uma sobre o mapeamento geral das comunidades caiçaras; uma sobre o mapeamento geral das comunidades quilombolas; uma sobre a caracterização de cada grupo de comunidades caiçaras, totalizando nove publicações; uma sobre a caracterização do conjunto das comunidades quilombolas; uma sobre a caracterização do conjunto das comunidades indígenas e uma publicação geral relatando o processo.

Serão produzidos vídeos que demonstrem o contexto das comunidades tradicionais e as vulnerabilidades frente ao desenvolvimento regional, abordando as comunidades que derem consentimento para tal. Serão 55 (cinquenta e cinco) vídeos de curta duração (1 a 10 minutos), sendo cinco por grupo de comunidades caiçaras, cinco para o conjunto de comunidades quilombolas e cinco para o conjunto de comunidades indígenas, contendo depoimentos e expressões sobre a identidade caiçara, quilombola e indígena; e dois videodocumentários (12 a 20 minutos), o primeiro na metade do Projeto e o segundo ao final, ambos demonstrando o processo de caracterização e principais resultados. Estes vídeos deverão ser distribuídos em formato digital para todas as comunidades envolvidas, organizações parceiras e outros atores sociais estratégicos, como as redes municipais e estaduais de educação. E sua veiculação também deve ser on-line em redes sociais, em canais de vídeos, site de comunicação da Bacia de Santos, sempre com aprovação prévia de todas as partes envolvidas.

Com o objetivo de dar visibilidade às etapas da caracterização e integrar todas as informações do Projeto, o acervo de materiais de comunicação e informações públicas relevantes produzidas, após as devidas aprovações, serão incluídas em um portal web, para que ele seja mantido online após o

término da execução do Projeto e para potencializar redes de comunicação social já consolidadas no território.

Ao longo do Projeto, a equipe e comunitários poderão participar de eventos científicos e/ou dos movimentos sociais para divulgar os resultados do Projeto, já aprovados, ampliando a visibilidade sobre os territórios tradicionais estudados.

Prevê-se também a promoção de dois encontros, na metade do Projeto e outro ao final, para divulgação dos resultados no território, buscando sempre associar com o lançamento de publicações, vídeos ou outros produtos de comunicação. Devem ser convidadas instituições parceiras e outras que venham contribuir com as negociações necessárias para enfrentamento dos conflitos e situações de vulnerabilidade.

VIII – PRODUTOS

Os resultados do Projeto serão apresentados por meio de produtos, que serão pactuados no momento da contratação para a execução do projeto em tela.

A seguir são indicados os produtos que serão considerados:

- Plano de Trabalho Inicial contendo minimamente a metodologia, cronograma e formação da Equipe contratada;
- Relato(s) da(s) Oficina(s) de Alinhamento Metodológico;
- Plano de Comunicação;
- Relato de Reuniões da Coordenação Colegiada e avaliação semestral;
de Capacitação;
- Plano de Trabalho Detalhado (pactuado no planejamento);
- Relato da(s) Mobilização(s);

- Relatório(s) da(s) Oficina(s) de Caracterização;
- Relato de Partilha Temática;
- Relatório Técnico Analítico de Caracterização dos Territórios por grupo de comunidades (parcial);
- Relatório apresentando a organização da Base de Dados Geoespaciais e banco de dados associado/mapas
- Relatório trimestral sobre as notícias veiculadas, indicando formato e conteúdo;
- Publicação sobre mapeamento geral das comunidades caiçaras;
- Publicação sobre mapeamento geral das comunidades quilombolas;
- Publicação sobre mapeamento geral das comunidades indígenas;
- Publicações sobre a caracterização por grupo de comunidades caiçaras e sobre o conjunto das comunidades quilombolas e indígenas;
- Publicação final sobre o processo de caracterização;
- 55 vídeos de curta duração;
- 2 vídeo-documentários;
- Relatório Final do processo de caracterização.

Ressalta-se que os quantitativos dos produtos serão definidos no momento da contratação, e que a lista apresentada não exclui a possibilidade de incorporação de novos produtos que venham a se apresentar como necessários para o desenvolvimento do projeto.

IX – CRONOGRAMA FÍSICO E PRAZO

É apresentado a seguir o cronograma físico, por ano, considerando todas as macro etapas previstas para o Projeto, considerando um prazo de execução de 5 (cinco) anos. Ressalta-se que o cronograma final detalhado será apresentado no Plano de Trabalho, a ser entregue como produto do contrato de execução do referido projeto.

O cronograma de trabalho apresentado considera as seguintes questões:

- Os momentos referentes ao: levantamento de dados secundários, construção da base de dados espaciais, produção de material de comunicação, e capacitações ocorrerão ao longo de todo processo, isto é, não estarão restritos a apenas um período do cronograma;

- Os trabalhos serão executados em três frentes de trabalho ao mesmo tempo, podendo acontecer em um ou mais municípios, em função do que ficar decidido nas reuniões de planejamento iniciais com as organizações comunitárias.

- O cronograma poderá sofrer interferência durante o período da alta temporada de verão, visto que as comunidades estão bastante ocupadas com as atividades de turismo.

- O cronograma poderá sofrer alterações ao longo da execução, por envolver diversos atores numa discussão regional e pela incerteza da quantidade de dados disponíveis em cada região.

Em relação ao prazo de contratação, a PETROBRAS já havia iniciado a tramitação da contratação da Instituição Parceira na execução do projeto PCTT – Caiçaras e Quilombolas, porém com a inclusão do grupo de Indígenas alguns itens estão sendo reajustados como: quantitativos das atividades, prazos e equipe, e tais questões influenciam no desenho do contrato.

CRONOGRAMA ANO I												
Ação	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
VII.1 – Formação da Equipe e Gestão do Projeto												
VII.1.1 - Oficinas de Capacitação												
VII.2 – Levantamento e Sistematização de Dados Secundários												
VII.3 – Mobilização das Organizações Comunitárias e Planejamento/Avaliação das atividades												
VII.4 - Caracterização dos Territórios												
VII.5 - Base de Dados Geoespaciais												
VII.6 - Produção de Material de Comunicação												

CRONOGRAMA ANO II												
Ação	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
VII.1 – Formação da Equipe e Gestão do Projeto												
VII.1.1 - Oficinas de Capacitação												
VII.2 – Levantamento e Sistematização de Dados Secundários												
VII.3 – Mobilização das Organizações Comunitárias e Planejamento/Avaliação das atividades												
VII.4 - Caracterização dos Territórios												
VII.5 - Base de Dados Geoespaciais												
VII.6 - Produção de Material de Comunicação												

CRONOGRAMA ANO III												
Ação	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
VII.1 – Formação da Equipe e Gestão do Projeto												
VII.1.1 - Oficinas de Capacitação												
VII.2 – Levantamento e Sistematização de Dados Secundários												
VII.3 – Mobilização das Organizações Comunitárias e Planejamento/Avaliação das atividades												
VII.4 - Caracterização dos Territórios												
VII.5 - Base de Dados GeoeEspaciais												
VII.6 - Produção de Material de Comunicação												

CRONOGRAMA ANO IV												
Ação	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
VII.1 – Formação da Equipe e Gestão do Projeto												
VII.1.1 - Oficinas de Capacitação												
VII.2 – Levantamento e Sistematização de Dados Secundários												
VII.3 – Mobilização das Organizações Comunitárias e Planejamento/Avaliação das atividades												
VII.4 - Caracterização dos Territórios												
VII.5 - Base de Dados Geoespaciais												
VII.6 - Produção de Material de Comunicação												

CRONOGRAMA ANO V												
Ação	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
VII.1 – Formação da Equipe e Gestão do Projeto												
VII.1.1 - Oficinas de Capacitação												
VII.2 – Levantamento e Sistematização de Dados Secundários												
VII.3 – Mobilização das Organizações Comunitárias e Planejamento/Avaliação das atividades												
VII.4 - Caracterização dos Territórios												
VII.5 - Base de Dados Geoespaciais												
VII.6 - Produção de Material de Comunicação												

X – EQUIPE

A equipe técnica que executará o PCTT – Caiçaras, Quilombolas e Indígenas será formada por profissionais com conhecimento e experiência com comunidades tradicionais e com a região de abrangência, sempre dando preferência para profissionais estabelecidos na região, conforme orientação do órgão ambiental indicada no ofício OF 02022.003204/2016-45 CPROD/IBAMA.

Cabe destacar que, estão previstos especialistas em áreas específicas, como por exemplo, etnoconhecimento, com o intuito de garantir o conhecimento e a habilidade no tratamento de grupos e etnias presentes na área de estudo.

Ressalta-se que a equipe a ser indicada no projeto deverá seguir as indicações dos Termos de Referências específicos para este projeto, sendo que eventuais ajustes necessários se darão no processo de contratação com a Instituição/empresa a ser contratada, em função das adequações propostas.

XI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Projeto será de responsabilidade da Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Santos – UO-BS – através da Gerência de Meio Ambiente. Por sua vez, a Petrobras está em tratativas internas para a deliberação de parceiro para executar o Projeto em questão, conforme as regras de contratação da Petrobras, e considerando as especificações técnicas definidas no Termo de Referência datado de 13 de setembro de 2016, além de outras questões pactuadas com o FCT/OTSS.

O acompanhamento da execução será feito também pelo Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba, pela Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras, CONAQ e CGY, juntamente com o IBAMA.

XII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.W.B. **Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição.** Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.

BARATA, M.M.L e CONFALONIERI, U.E.C. **Mapa de Vulnerabilidade aos Impactos das Mudanças Climáticas nas Áreas Social, Saúde e Ambiente.** Rio de Janeiro: SEA/Fiocruz, 2011. Acessível pelo site: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/364217/DLFE-40943.pdf/rel_vulbilidade.pdf.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília: 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: 2007.

CORTINES, A.C, POSSIDONIO, R.D., BAHIA, N.C.F., OSWALDO CRUZ, J.C., FREITAS, L.E., GALLO, E. **Social Cartography and the Defense of the Traditional Caiçara Territory of Trindade (Paraty, RJ, Brazil).** In: Leal Filho, Gallo, Coelho Neto (editores). Climate Change Adaptation in Latin America: managing vulnerability, fostering resilience. (no prelo)

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 422/11.** Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar. Brasília: 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989.

SALLES, C.; PIERRI, D.; CASTILA, E; LADEIRA, M.I. (org.). **Atlas das Terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil -2015**. São Paulo: CTI e CGY, 2015, p.32 e 33.

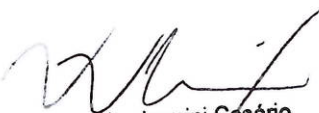
SANTOS, B.S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP n. 79, São Paulo, 2007.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez: São Paulo, 2006.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Metodologia e fascículos. Disponível em Acesso em 5 de maio de 2014.

XIII – RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Profissional	Vinicius Vendramini Cesário
Formação	Biólogo
Registro no Conselho de Classe	CRBio 68837/01-D
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	6079265
Assinatura	 Vinicius Vendramini Cesário Analista Ambiental/Pleno Matrícula 2438670 UO-BS/SMS/MA

XIV – ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência de 13 de setembro de 2016

ANEXO II – Termo de Referência de 2014

ANEXO III – Mapa de Comunidades Tradicionais Caiçaras, Quilombolas e Indígenas inseridas no Projeto

ANEXO IV – Termo de Compromisso Individual CGLIC/DPDS/FUNAI

ANEXO V – Referências para o Levantamento de Informações Secundárias